



ERRATA 01 - EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018 DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA

Retifica e complementa o Edital do Concurso Público nº 001/2018 do Município de Lagoa Santa, publicado em 25 de outubro de 2018.

O Município de Lagoa Santa e a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep) tornam públicas aos interessados a retificação e a complementação do Edital do Concurso Público nº **001/2018**, cujas alterações estão elencadas a seguir:

1. Exclui-se do Edital 001/2018 do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, o cargo de **MÉDICO CARDIOLOGISTA** e todas as informações pertinentes ao cargo.

2. Altera-se no ANEXO I, quadro 3, a Habilitação do cargo de **AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL**, que passa a vigorar com a seguinte redação:

***Habilitação:** Bacharel em Administração, Ciências Contábeis, Direito ou Economia, Registro em Conselho Profissional de Classe Competente e **Carteira Nacional de Habilitação – Categoria “B”**.

3. Altera-se no ANEXO I, quadro 3, a Habilitação e Jornada de Trabalho do cargo de **PROFESSOR A**, que passa a vigorar com a seguinte redação:

***Habilitação:** Nível Superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.

***Jornada de Trabalho/Semanal:** 24h

4. Alteram-se no ANEXO I, quadro 3, a Atribuição Sumária dos cargos de **PROFESSOR B – MATEMÁTICA, CIÊNCIAS, GEOGRAFIA, HISTÓRIA, INGLÊS, EDUCAÇÃO FÍSICA, ENSINO RELIGIOSO E ARTE**, que passam a vigorar com a seguinte redação:

***Atribuição Sumária:** Ministram aulas nos anos finais do ensino fundamental e Educação de Jovens e Adultos – segundo segmento, ensinando os alunos por intermédio dos seguintes componentes curriculares: língua portuguesa, matemática, ciências naturais, geografia, história, artes, educação física, educação religiosa e língua estrangeira moderna; estimulando as noções de cidadania e participação social. Planejam cursos, aulas e atividades escolares. Avaliam processo de ensino-aprendizagem. Registram práticas escolares de caráter pedagógico. Desenvolvem atividades de estudo. Participam das atividades educacionais e comunitárias da escola.



ERRATA 01 - EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018 DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA

5. Alteram-se no ANEXO I, quadro 3, o número de vagas para os cargos de **MÉDICO CLÍNICO**, **MÉDICO GINECOLOGISTA** e **MÉDICO NEUROLOGISTA**, que passam a vigorar com a seguinte redação:

CARGO	VAGAS		
	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFICIENTES 7%	TOTAL
Médico Clínico	01	0	01
Médico Ginecologista	01	0	01
Médico Neurologista	01	0	01

6. Altera-se no ANEXO I, quadro 2, o número de vagas para o cargo de **AGENTE MUNICIPAL DE TRÂNSITO**, que passa a vigorar com a seguinte redação:

CARGO	VAGAS		
	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFICIENTES 7%	TOTAL
Agente Municipal de Trânsito	02	0	02

7. Alteram-se os itens 5.2.4 e 5.2.7, que passam a vigorar com a seguinte redação:

5.2.4. O boleto bancário a que se refere o item 5.2.3, alínea “c” será emitido em nome do requerente e deverá ser impresso em impressora a laser ou jato de tinta para possibilitar a correta impressão e leitura dos dados e do código de barras e ser pago até o dia **25 de janeiro de 2019**.

5.2.7. A segunda via do boleto bancário estará disponível na internet para impressão até as **17 horas** do dia **25 de janeiro de 2019**.

8. Altera-se no item 5.4 e seus subitens, que passam a vigorar com a seguinte redação:

5.4. Da Isenção do Pagamento do Valor de Inscrição

5.4.1. O candidato que, em razão de limitações de ordem financeira, não puder arcar com o pagamento do valor de inscrição, sob pena de comprometimento do sustento próprio e de sua família, ou que comprovar os requisitos da Lei Municipal Nº 2.313/2004 para ser caracterizado como doador regular de sangue, poderá requerer isenção do pagamento do valor de inscrição exclusivamente das 9 horas do dia **26 de dezembro de 2018** às 23 horas e 59 minutos do dia **03 de janeiro de 2019**.

5.4.2. O requerimento de isenção do pagamento do valor de inscrição estará disponível para preenchimento no endereço eletrônico www.gestaodeconcursos.com.br no período constante do item 5.4.1 deste Edital.



ERRATA 01 - EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018 DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA

5.4.3. Para requerer a isenção do pagamento do valor de inscrição, o candidato deverá comprovar, no que couber, o que se segue: condição de desempregado ou estar regulamente inscrito no Cadastro Único para Programas do Governo Federal – CadÚnico ou ser membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto Nº 6.135, de 2007 ou **doador de sangue ou equiparado, de acordo com a Lei Municipal n.º 2.313/2004.**

5.4.3.1. A condição de hipossuficiência econômico-financeira é caracterizada pelo registro de inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, de que trata o Decreto Federal Nº 6.135, de 26 de junho de 2007.

5.4.3.1.1. Para comprovar a situação prevista no item 5.4.3.1 deste Edital, o candidato deverá estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico e indicar seu Número de Identificação Social (NIS) **válido**, atribuído pelo CadÚnico, no requerimento de inscrição quando de seu preenchimento.

5.4.3.1.2 A Fundep consultará o órgão gestor do CadÚnico do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, que fornecerá a situação do Número de Identificação Social (NIS) e caracterizará ou não a isenção do candidato.

5.4.3.2. A condição de desempregado ou família de baixa renda, nos termos do Decreto Federal Nº 6.135, de 26 de junho de 2007, será caracterizada pela seguinte situação:

5.4.3.2.1. Apresentar declaração legível, datada e assinada, na qual informará que é membro de família de baixa renda nos termos do Decreto Federal Nº 6.135 de 26 de junho de 2007, conforme o **Anexo V** deste Edital.

5.4.3.3. A condição de “Doador de Sangue”, nos termos da Lei Municipal nº 2.313/2004, será caracterizada pela seguinte situação:

5.4.3.3.1. O candidato deverá comprovar ter doado sangue a Órgão Oficial ou entidade coletora credenciada pela União, pelo Estado ou pelo Município, pelo menos duas vezes nos últimos 12 meses que antecedem à inscrição neste Concurso Público. A comprovação da Doação de sangue será feita mediante apresentação de documento expedido por Órgão Oficial ou entidade coletora credenciada pela União, pelo Estado ou pelo Município,

5.4.3.4. A condição de equiparado a doador de sangue, para efeitos desta Lei, a pessoa que integre associação de doadores e que contribua, comprovadamente, para estimular a doação, nos termos da Lei Municipal nº 2.313/2004, será caracterizada pela seguinte situação:

5.4.3.4.1. O candidato deverá comprovar a condição de equiparado a doador de sangue, mediante a apresentação de documento específico firmado por entidade coletora oficial ou credenciada, que deverá relacionar as atividades desenvolvidas pelo interessado.

5.4.4. Para requerer a isenção do pagamento do valor de inscrição, o candidato deverá obedecer aos seguintes procedimentos:

a) **Preencher a solicitação de isenção** através do endereço eletrônico <www.gestaodeconcursos.com.br>, indicando se a condição é de desemprego ou hipossuficiência e emitir comprovante.

b) **Em caso de hipossuficiência econômico-financeira** caracterizada pelo registro de inscrição no CadÚnico, bastará o encaminhamento eletrônico do formulário preenchido com o Número de Identificação Social – NIS.

c) **Em caso de condição de desempregado ou família de baixa renda**, no que couber, anexar ao comprovante de solicitação de isenção a documentação exigida para comprovação da condição informada, nos termos estabelecidos no item 5.4.3.2 deste Edital e seus subitens, e encaminhar via SEDEX ou AR, à Gerência de Concursos da Fundep, localizada na av. Presidente Antônio Carlos, 6.627, Unidade Administrativa II, 3º Andar, Campus Pampulha da UFMG, Caixa Postal 6985, CEP 30.120-972 em Belo Horizonte/MG (acesso pela av. Antônio Abrahão Caram, portão 2), ou pessoalmente no horário das 9h às 11h30 ou das 13h30 às 16h30, (exceto sábados, domingos e feriados).

d) **Em caso de “Doador de Sangue” ou equiparado**, anexar ao comprovante de solicitação de isenção a documentação exigida para comprovação da condição informada, nos termos estabelecidos nos itens 5.4.3.3 ou 5.4.3.4 deste Edital e seus subitens, e encaminhar via SEDEX ou Carta com Aviso de Recebimento - AR, à Gerência



ERRATA 01 - EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018 DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA

de Concursos da Fundep, localizada na av. Presidente Antônio Carlos, 6.627, Unidade Administrativa II, 3º Andar, Campus Pampulha da UFMG, Caixa Postal 6985, CEP 30.120-972 em Belo Horizonte/MG (acesso pela av. Antônio Abrahão Caram, portão 2), ou pessoalmente no horário das 9h às 11h30 ou das 13h30 às 16h30, (exceto sábados, domingos e feriados).

5.4.4.1. O envelope deverá conter a referência especificada conforme segue abaixo e ser encaminhado até o último dia do período de isenção discriminado no item 5.4.1.

<p>CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA EDITAL 001/2018 REFERÊNCIA: PEDIDO DE ISENÇÃO NOME COMPLETO DO CANDIDATO NÚMERO DE INSCRIÇÃO CARGO / ÁREA DE CONHECIMENTO PARA O QUAL CONCORRERÁ</p>

5.4.5. No requerimento de isenção do pagamento do valor de inscrição, o candidato deverá firmar declaração de que é desempregado, não se encontra em gozo de nenhum benefício previdenciário de prestação continuada, não auferir nenhum tipo de renda – exceto a proveniente de seguro-desemprego, se for o caso – e que sua situação econômico-financeira não lhe permite pagar o referido valor sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família, respondendo civil e criminalmente pelo inteiro teor de sua declaração.

5.4.6. As informações prestadas no requerimento eletrônico de isenção serão de inteira responsabilidade do candidato que responderá civil e criminalmente pelo teor das afirmativas.

5.4.7. Não será concedida isenção do pagamento do valor de inscrição ao candidato que:

- a) Deixar de efetuar o requerimento de inscrição pela *internet*.
- b) Omitir informações e/ou torná-las inverídicas.
- c) Fraudar e/ou falsificar documento.
- d) Pleitear a isenção sem apresentar cópia dos documentos previstos no item 5.4.3 deste Edital e seus subitens.
- e) Não informar o Número de Identificação Social (NIS) corretamente ou informá-lo nas situações de inválido, excluído, com renda fora do perfil, não cadastrado, de outra pessoa, não informá-lo, com desatualização cadastral por período superior a 48 meses ou outro motivo informado pelo MDS (órgão gestor do CadÚnico).
- f) Não observar prazos para postagem dos documentos.

9. Exclui-se do Anexo IV – Programas do Cargo de **Agente Administrativo** a seguinte referência:

"Lei de Meio Ambiente Prefeitura de Lagoa – MINUTA DO PROJETO DE LEI QUE INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - Capítulos I, II e III."

10. Inclui-se no Anexo IV – Programas do Cargo de **Assistente Social** a seguinte referência:

- Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, Lei nº 8.742/93 e demais alterações.
- https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf
- Estatuto da Criança e do Adolescente, suas alterações e demais legislações pertinentes
- Estatuto do Idoso, suas alterações e demais legislações pertinentes
- Estatuto da Pessoa com Deficiência, suas alterações e demais legislações pertinentes
- Lei Federal 11.340/2006, suas alterações e demais legislações pertinentes.
- Legislação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), suas alterações e demais legislações pertinentes: Política nacional de Assistência Social, Lei Orgânica da Assistência Social, Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social -NOB SUAS e a Tipificação de Serviços Socioassistenciais
- Legislação do Sistema Único de Saúde (SUS), suas alterações e demais legislações pertinentes



ERRATA 01 - EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018 DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA

11. Altera-se no Anexo IV – Programas do Cargo de **Biólogo** as seguintes referências:

ONDE SE LÊ:

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (BIÓLOGO)

Seres vivos: Características da morfologia e fisiologia dos diferentes grupos animais e vegetais. Características que auxiliam na adaptação ao ambiente pelos diferentes grupos animais e vegetais. Biologia molecular: conceitos básicos, molécula de DNA (constituição, duplicação, tradução e transcrição), gens (conceito, hereditariedade); biotecnologia (princípios básicos das técnicas mais utilizadas e a importância do emprego das técnicas). Microbiologia: principais grupos e suas características morfológicas e fisiológicas, espécies mais utilizadas nos estudos de biotecnologia. Ecologia: conceitos básicos. Dinâmica populacional. Diferentes biomas e sua composição. Impacto ambiental e Manejo de recursos naturais (princípios básicos). Epidemiologia: conceito, princípios básicos e importância. Educação Ambiental: conceito, princípios e importância. Metodologia de pesquisa: Etapas metodológicas básicas para iniciar um estudo de inventário da biodiversidade da fauna e flora. Princípios básicos para o desenvolvimento de pesquisas na área biológica. Legislação que rege os trabalhos de pesquisa com animais e humanos.

REFERÊNCIAS

- ALBERTS, Biologia Molecular da Célula. Gaby Renard, 6 ed., Porto Alegre: Artmed, 2017.
- BIODIVERSIDADE. E.O. Wilson (Ed.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. Parte 6 Como a Biodiversidade é monitorada e protegida. p. 287-329. Parte 7 Ciência e Tecnologia: Como podem ajudar.? p. 333-395.
- GARAY; B. DIAS. Conservação da Biodiversidade em Ecossistemas Tropicais: Avanços conceituais e revisão de novas metodologias de avaliação e monitoramento. Ed. Vozes. Petrópolis. 2011
- GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa em Educação Ambiental. IN: Educação Ambiental e Sustentabilidade. Ed. Barueri, SP, Manole, 2014.
- GIULIETTI, A. M. et al. Biodiversidade e conservação das plantas no Brasil. MEGADIVERSIDADE | Volume 1 | Nº 1 | Julho 2005. Disponível em:
https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/22819389/09_giulietti_et_al.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1539553456&Signature=%2BcUK5%2FCYkrtQBwc7yGQFBsZVYAo%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3D2005_-_Biodiversidade_e_conservacao_das.pdf
- PHILIPPI JR., Arlindo, coord. Educação Ambiental e Sustentabilidade. Ed. Barueri, SP, Manole, 2014.
- HILL, R. W. et al. Fisiologia Animal. Ed. Artmed, Porto Alegre. 2011.
- PELZAR, M.J. ; CHAN, E.C.S.e KRIEG, N.R. Microbiologia conceitos e aplicações, vol 1 e 2, 2ed. São Paulo: MAKRON Books, 1996.
- RAVEN, P.H. et al. Biologia Vegetal. Ed. Guanabara, RJ, 2001.
- TOLEDO, R. F. e PELICIONI, M. C. F. Educação Ambiental em Unidades de Conservação. IN: Educação Ambiental e Sustentabilidade. Ed. Barueri, SP, Manole, 2014.
- http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/Aval_Conhec_Cap1.pdf
- http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/Aval_Conhec_Cap2.pdf
- http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/Aval_Conhec_Cap4.pdf
- http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/Aval_Conhec_Cap3.pdf
- http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/Aval_Conhec_Cap5.pdf
- http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/Aval_Conhec_Cap6.pdf



ERRATA 01 - EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018 DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA

LEIA-SE:

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (BIÓLOGO)

Conservação da fauna silvestre (Biossegurança aplicada ao manejo de fauna silvestre)

Fauna ameaçada de extinção. Tráfico de animais silvestres. Livro Vermelho das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção (MMA). Resgate de fauna e de flora: técnicas de captura e coleta, introduções, reintroduções, translocações e adensamento populacional

https://www.iic.org/sites/default/files/disclosures/pcfa_rev2_0.pdf

Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção - ICMBio

Disponível em: www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/.../fauna-brasileira/livro.../vol_1_parte2.pdf

Alho, C J. R. Integração entre Biodiversidade e Aplicação de Pesquisa Científica Resultando em Manejo Para uso Sustentável e Conservação. *Revista Brasileira Multidisciplinar*, 2010 - revistarebram.com 131-434-1-PB.pdf

<https://www.google.com/search?q=Alho%2C+C+J.+R.+Integra%C3%A7%C3%A3o+entre+Biodiversidade+e+Aplic%C3%A7%C3%A3o+de+Pesquisa+Cient%C3%ADfica+Resultando+em+Manejo+Para+uso+Sustent%C3%A1vel+e+Conserva%C3%A7%C3%A3o&ie=utf-8&oe=utf-8&client=firefox-b-ab>

[http://www.ief.mg.gov.br/images/SEMAD/REGULARIZACAO/TR_MANEJO_FAUNA/Informações para Obtenção das Autorizações de Manejo de Fa.pdf](http://www.ief.mg.gov.br/images/SEMAD/REGULARIZACAO/TR_MANEJO_FAUNA/Informações_para_Obtenção_das_Autorizações_de_Manejo_de_Fa.pdf)

Doenças Infectocontagiosas e parasitárias típicas de animais silvestres

RAMOS, J. C. **Zoonoses e Doenças Emergentes Transmitidas por Animais Silvestres**

Disponível em: <http://r1.ufrj.br/avaldofonseca/wp-content/uploads/2014/06/Ramos-Silva-JC-2004-Doencas-Emergentes-e-Zoonoses-Animais-Silvestres-www-abravas-org-br-.pdf>

Ecologia da Paisagem

http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16115/1/ARTIGO_EcologiaPaisagemConceitos.Pdf

<https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/1515/1/AspectosEcologiaPaisagem.pdf>

GUREVITCH, J.; SCHEINER, S. M. & FOX, G. A. *Ecologia Vegetal*. Ed Porto Alegre: Artmed, 2009. Capítulo 16.

Espécies Invasoras

GUREVITCH, J.; SCHEINER, S. M. & FOX, G. A. *Ecologia Vegetal*. Ed Porto Alegre: Artmed, 2009. Capítulo 13 e 21

ZILLER, S. R. Plantas exóticas invasoras: a ameaça da contaminação biológica. *Ciência Hoje*, dez de 2001/

Disponível em: <http://www.institutohorus.org.br/download/artigos/cienhojedez2001.pdf>

SAMPAIO, A. B. e SCHMIDT, I. B. Espécies exóticas invasoras em unidades de conservação federais do Brasil. *Biodiversidade Brasileira* 3(2):32-49,2013.

<http://www.icmbio.gov.br/revistaeletronica/index.php/BioBR/article/view/351>

Legislação para elaboração de pareceres e notas técnicas na conservação de Zonas Úmidas (Convenção de RAMSAR)

<http://www.mma.gov.br/informma/item/8565-zonas-úmidas>



ERRATA 01 - EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018 DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA

As zonas úmidas cuidam da água - Ministério do Meio Ambiente
Disponível em: www.mma.gov.br/publicacoes/.../53-biodiversidade-aquatica.html?...2013...

Legislação sanitária

Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999,
<http://www.anvisa.gov.br/alimentos/legis/geral.htm>
Lei 8.080 de 19/09/1990
http://conselho.saude.gov.br/legislacao/lei8080_190990.htm

Serviços ecossistêmicos e serviços de biodiversidade.

Valoração Econômica dos recursos naturais e remuneração.

Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos Um Business Case para a Agricultura Brasileira. Disponível em:
http://www.spvs.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Business_Case_PORTUGUES_web-1.pdf
Guedes, Fátima Becker e Seehusen, Susan Edda (Orgs). *Pagamentos por Serviços Ambientais na Mata Atlântica: lições aprendidas e desafios.* Brasília: MMA, 2011]
Disponível em: www.mma.gov.br/.../psa_na_mata_atlantica_licoes_aprendidas_e_desafios_202.pdf

Subsídios para o desenvolvimento econômico a partir do conhecimento sobre Serviços Ecossistêmicos e a Biodiversidade na Flota

Disponível em: <http://www.mma.gov.br/publicacoes/biodiversidade/category/143-economia-dos-ecossistemas-e-da-biodiversidade.html?download=1442:subs%C3%ADdios>. Relatório flotaamap.pdf.
KILL, J. Valoração Econômica e Pagamento por Serviços Ambientais. Reconhecimento do Valor da Natureza ou Atribuição de Preço à destruição da Natureza?
https://br.boell.org/sites/default/files/valoracaoeconomica_boll_1.pdf

Unidades de Conservação, importância, função ecológica.

TOLEDO, R. F. e PELICIONI, M. C. F. Educação Ambiental em Unidades de Conservação. IN: Educação Ambiental e Sustentabilidade. Ed. Barueri, SP, Manole, 2014.

HENRY-SILVA, G. G. A importância das unidades de conservação na preservação da diversidade biológica. Revista LOGOS, n. 12, 2005.
Disponível em: <http://www2.ufersa.edu.br/portal/view/uploads/setores/190/UC.pdf>

12. Altera-se no Anexo IV – Programas do Cargo de **Médico Pediatra** as seguintes referências:

ONDE SE LÊ:

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (MÉDICO PEDIATRA)

Desenvolvimento infanto-juvenil. Classificação diagnóstica dos transtornos psiquiátricos. Epidemiologia, propedêutica e tratamento farmacológico e não farmacológico dos transtornos psiquiátricos na infância e adolescência. Exame clínico, neurológico e psiquiátrico e exames complementares em psiquiatria da infância e adolescência. Diagnóstico diferencial dos transtornos psiquiátricos da infância e adolescência e quadros relacionados a doenças sistêmicas. Psicofarmacologia na infância e adolescência.



ERRATA 01 - EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018 DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA

REFERÊNCIAS

APA. Manual de diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais do DSM 5. Porto Alegre; Artmed; 2013.

IACAPAP - www.IACAPAP.ORG/IACAPAP-Textbook-of-child-and-adolescent-mental-health . Acesso em: 14 de outubro de 2018.

National Institute for Health and Care Excellence (NICE). Attention de cit hyperactivity disorder: diagnosis and management. London: The Institute; 2018. Disponível em: <https://www.nice.org.uk/guidance/ng87>. Acesso em: 14 de outubro de 2018.

National Institute for Health and Care Excellence (NICE). Depression in children and young people: identification and management. London: The Institute; 2005. Update: 2015. Disponível em: <https://www.nice.org.uk/guidance/cg28>. Acesso em: 14 de outubro de 2018.

National Institute for Health and Care Excellence (NICE). Psychosis and schizophrenia in children and young people: recognition and management. London: The Institute; 2013. Update: 2016. Disponível em: <https://www.nice.org.uk/guidance/cg155>. Acesso em: 14 de outubro de 2018.

Scottish Intercollegiate Guidelines Network (SIGN). Assessment, diagnosis and interventions for autism spectrum disorders. Edinburgh: SIGN; 2016. (SIGN publication no. 145). [June 2016]. Disponível em: <https://www.sign.ac.uk/sign-145-assessment,-diagnosis-and-interventions-for-autism-spectrum-disorders.html>. Acesso em: 14 de outubro de 2018.

Thapar A e cols (Ed). Rutter's Child and Adolescent Psychiatry, Sixth Edition. John Wiley & Sons, Ltd, 2015.

LEIA-SE:

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (MÉDICO PEDIATRA)

O programa versará sobre conhecimentos em pediatria, com nível de complexidade exigido ao pediatra geral (pediatria ambulatorial, pediatria preventiva, pediatria neonatal, crescimento e desenvolvimento, doenças infecto-parasitárias, alergia e imunopatologia, doenças neurológicas e neuromusculares, doenças do aparelho digestivo, doenças do aparelho locomotor, doenças do aparelho respiratório, doenças do aparelho cardiovascular, doenças do trato digestório, doenças genéticas, doenças da pele e anexos)

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Cadernos de Atenção Básica, n. 33)

DUNCAN, BB et al. Medicina ambulatorial: condutas de atenção primária baseadas em evidências. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

FEIJO RB; COSTA COM; HAGEL LD; CRUZ NLA. Medicina Ambulatorial: Condutas de Atenção Primária Baseadas em Evidências.

SILVA L. TRATADO DE PEDIATRIA. SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. 4ª ed. Ed Manole- 2017

NELSON. Tratado de Pediatria - Richard E. Behrman, Hal B. Jenson, Robert Kliegman. 18ª Edição. Elsevier. 2009.

MANUAL DE NEONATOLOGIA - John P. Cloherty, Eric C. Eichenwald e Ann R. St Avery / Neonatologia - Fisiopatologia e Tratamento do Recém-nascido - Mary M.K. Seshia, Martha D., M.D. Mullett, Mhairi G. Macdonald

Semiologia Pediátrica - Rodrigues, Yvon Toledo. 3ª Edição; Guanabara Koogan, 2009

13. Altera-se no Anexo IV – Programas do Cargo de **Procurador da Fazenda** as seguintes referências:



ERRATA 01 - EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018 DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA

ONDE SE LÊ:

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (PROCURADOR DA FAZENDA)

DIREITO ADMINISTRATIVO/MUNICIPAL: Código de Obras e suas alterações; Código de Posturas e suas alterações; Lei Orgânica Municipal; Código Municipal de Limpeza Urbana e suas alterações; Lei Municipal n. 3.994/2017 e suas alterações.

DIREITO TRIBUTÁRIO: O sistema tributário na Constituição. Limitações ao poder de tributar: competência tributária, imunidades e princípios. Lei complementar em matéria tributária. Repartição de receitas tributárias. Conceito de tributo. Espécies tributárias.

Espécies não tributárias. Impostos municipais: ISSQn. IPTU e ITBI. Fontes de direito tributário. Interpretação e integração das leis tributárias. Fato gerador. Norma geral antielisão. Obrigação tributária. Sujeitos ativo e passivo. Responsabilidade tributária. Substituição tributária. Capacidade tributária. Crédito tributário. Constituição.

Lançamento. Modalidades. Efeitos. Hipóteses de suspensão da exigibilidade, extinção e exclusão do crédito tributário. Prescrição e decadência. Garantias e privilégios de crédito tributário. Administração tributária. SIMPLES NACIONAL. Código Tributário Municipal e legislação específica municipal.

REFERÊNCIAS

AMARO, Luciano. Direito tributário brasileiro. São Paulo, Saraiva, 2013.

BRASIL, Lei Complementar Nacional nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. (texto atualizado)

BRASIL, Lei Federal 6.830/80, de 22 de setembro de 1980. Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências. (Disponível no site www.planalto.gov.br)

BRASIL. Código Tributário Nacional. Lei n. 5.172 de 1966.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Arts. 145 a 162 da CRFB. (texto atualizado).

BRASIL. Lei Complementar Nacional nº 116, de 31 de julho de 2003. Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências. (texto atualizado)

BALEEIRO, Aliomar. Direito Tributário Brasileiro. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense. 2015.

COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de direito tributário brasileiro. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense. 12 ed. 2012.

LAGOA SANTA, Código de Obras e suas Alterações. Lei Municipal nº 2863, de 31 de dezembro de 2008. Institui o código de obras e edificações do Município de Lagoa Santa e dá outras providências. (Disponível no portal www.lagoasanta.mg.gov.br)

LAGOA SANTA, Código de Posturas Municipal. Lei nº 03, de 05 de abril de 1950. Institui o Código Municipal de Posturas de Lagoa Santa. (Disponível no portal www.lagoasanta.mg.gov.br)

LAGOA SANTA, Código Municipal de Limpeza Urbana e suas alterações. Lei Municipal nº 4077, de 21 de novembro de 2017. Institui o Código de Limpeza Urbana do Município de Lagoa Santa e dá outras providências. (Disponível no portal www.lagoasanta.mg.gov.br)

LAGOA SANTA, Código Tributário Municipal. Lei nº 3080, de 01 de outubro de 2010. Institui o Código Tributário do Município de Lagoa Santa/MG e dá outras providências. (texto atualizado)

LAGOA SANTA, Lei Municipal nº 3.994, de 12 de junho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária de assentamentos informais e de parcelamentos do solo para fins urbanos, implantados irregularmente no Município de Lagoa Santa, cria o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS, e dá outras providências. (Disponível no portal www.lagoasanta.mg.gov.br)

LAGOA SANTA, Lei Orgânica do Município de Lagoa Santa, de 04 de maio de 1990. (texto atualizado)

MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário. 34. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

PAULSEN, Leandro. Curso de direito tributário. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.



ERRATA 01 - EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018 DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA

PAULSEN, Leandro. MELO, José Eduardo Soares de. Impostos Federais, Estaduais e Municipais. Livraria do Advogado, 2016.

SABBAG, Eduardo de Moraes. Manual de direito tributário. São Paulo: Saraiva, 2015.

SPAGNOL, Werther Botelho. Curso de direito tributário. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

LEIA-SE:

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (PROCURADOR DA FAZENDA)

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Princípios fundamentais.
2. Direitos e garantias fundamentais.
3. Organização do Estado.
4. Organização dos poderes.
5. Administração pública.
6. Servidores públicos.
7. Princípios constitucionais sensíveis.
8. Processo legislativo.
9. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.
10. Funções essenciais à justiça.
11. Defesa do Estado e das instituições democráticas.
12. Sistema tributário nacional.
13. Ordem econômica e financeira.
14. Ordem social.
15. Controle de constitucionalidade.
16. Ações constitucionais.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Luiz Roberto. Controle de constitucionalidade no Brasil. São Paulo: Saraiva.

BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. São Paulo: Malheiros

BONAVIDES, Paulo, MIRANDA, Jorge, AGRA, Walber de Moura. Comentários à Constituição Federal de 1988. Rio de Janeiro: Forense. Curso de direito tributário brasileiro. Rio de Janeiro: Forense.

JÚNIOR, José Cretella. Comentários à Constituição de 1988 – Sistema Tributário. Rio de Janeiro: Forense, 1990.

CARRAZZA, Roque Antônio. Curso de direito Constitucional tributário. São Paulo, Malheiros.

GONÇALVES, Kildare Gonçalves. Direito constitucional. Belo Horizonte: Del Rey

HORTA, Raul Machado. Direito constitucional. Belo Horizonte: Del Rey, MENDES, Gilmar Ferreira. Direitos fundamentais e controle de constitucionalidade: estudos de Direito constitucional. São Paulo: C. Bastos

MENDES, Gilmar Ferreira. Jurisdição constitucional: o controle abstrato de normas no Brasil e na Alemanha. São Paulo: Saraiva

MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. São Paulo: Atlas

SILVA, José Afonso. Curso de direito constitucional positivo. São Paulo: Malheiros.

TAVARES, André Ramos. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva



ERRATA 01 - EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018 DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA

BRASIL.

Constituição da República Federativa do Brasil (texto atualizado).

MINAS GERAIS. Constituição do Estado de Minas Gerais (texto atualizado).

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Princípios do Direito Administrativo.
2. Administração Pública: conceito, finalidade, órgãos e agentes.
3. Administração Pública direta e indireta. Poderes Administrativos.
4. Atos Administrativos: conceitos, requisitos, atributos, classificação, espécies, motivação, revogação e anulação.
5. Contratos Administrativos: conceito, espécies, formalização alteração, execução. Inexecução, revisão e rescisão.
6. Licitação: conceito, princípios, modalidades, dispensa e inexigibilidade, sanções penais. Recursos administrativos.
7. Serviços Públicos: conceito, classificação, delegação concessão, permissão e autorização.
8. Servidores Públicos. Regime jurídico. Organização do serviço público. Direitos, deveres e proibições do servidor público. Responsabilidade administrativa, civil e criminal do servidor público
9. Bens Públicos: conceito, classificação, aquisição, uso, alienação, imprescritibilidade, impenhorabilidade.
10. Controle da Administração.
11. Responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público e das privadas prestadoras de serviço público. Direito de regresso.
12. Limitações do direito de propriedade.
13. Intervenção do Estado na propriedade. Desapropriação por necessidade e utilidade pública. Desapropriação por interesse social. Desapropriação indireta. Retrocessão. Servidão e requisição administrativa.
14. Processo administrativo: processo e procedimento, princípios, fases e modalidades.
15. Improbidade administrativa.
16. Reformas Constitucionais Administrativas
17. Mandado de Segurança. Ação Popular. Mandado de Injunção. Ação Civil Pública. Ação por ato de improbidade administrativa

REFERÊNCIAS

- CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. Rio de Janeiro: Lúmen Juris
- DI PIETRO, Maria Silvia Zanella. Curso de direito administrativo. São Paulo: Atlas.
- FAGUNDES, M. Seabra. O controle dos atos administrativos pelo poder judiciário. Rio de Janeiro: Forense.
- FARIA, Edimur Ferreira de. Curso de direito administrativo positivo. Belo Horizonte: Del Rey
- GASPARINI, Diogenes. Direito administrativo. São Paulo: Saraiva
- JAYME, Fernando Gonzaga. Mandado de segurança de acordo com a Lei n. 12.016/2009. Belo Horizonte: Del Rey.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. São Paulo: Malheiros.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Licitação e contrato administrativo. São Paulo: Malheiros.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Mandado de segurança (atualizado por Arnaldo Wald e Gilmar Ferreira Mendes). São Paulo: Malheiros
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. São Paulo: Malheiros.
- MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Curso de direito administrativo: parte introdutória, parte geral e parte especial. Rio de Janeiro: Forense,
- MOTTA, Carlos Pinto Coelho. Eficácia nas licitações e contratos Belo Horizonte: Del Rey
- MOTTA, Carlos Pinto Coelho (Coord.). Curso prático de direito administrativo. 3 ed. Belo Horizonte: Del Rey
- TÁCITO, Caio. Direito administrativo. São Paulo: Saraiva
- Lei n. 4.717/65



ERRATA 01 - EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018 DO MUNÍCIPIO DE LAGOA SANTA

Lei n. 8.429/92

Lei n. 8.666/93

Lei n. 9.507/97

BRASIL, Lei Complementar n. 101/2000

BRASIL, Constituição da república federativa do brasil (texto atualizado).

LAGOA SANTA, Lei n. 3.241, de 16 de janeiro de 2012.

DIREITO CIVIL

1. Pessoa natural. Personalidade e capacidade. Pessoa jurídica. Domicílio civil.
2. Bens.
3. Fatos, atos e negócios jurídicos.
4. Defeitos dos atos jurídicos.
5. Forma dos atos jurídicos e da sua prova.
6. Atos ilícitos.
7. Prescrição e da decadência.
8. Posse e propriedade
9. Obrigações. Conceito. Fontes. Modalidades. Efeitos. Extinção. Consequência da inexecução das obrigações. Cessão de crédito. Contratos. Obrigações por declaração unilateral de vontade. Obrigações por ato ilícito. Liquidação. Concurso de credores.
10. Responsabilidade Civil.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Francisco. *Direito civil* – introdução. Rio de Janeiro: Renovar

CAVALIERI FILHO, Sérgio. *Programa de responsabilidade civil*. São Paulo: Malheiros

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva

FIUZA, César. *Direito civil: curso completo*. Belo Horizonte: Del Rey

LÔBO, Paulo. *Direito civil*. São Paulo: Saraiva.

NERY JR. Nelson. NERY, Rosa Maria de Andrade. *Código civil anotado e legislação extravagante em vigor*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil*. Rio de Janeiro: Forense

RODRIGUES, Sílvio. *Direito civil*. São Paulo: Saraiva

THEODORO JR. Humberto. *Dano moral*. São Paulo: Juarez de Oliveira.

BRASIL. *Código civil*. Lei n. 10.406/2002

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Jurisdição, ação e processo.
2. Princípios constitucionais do processo civil
3. Sujeitos da relação processual: parte e procuradores. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros.
4. Prazos processuais
5. Petição inicial: requisitos.
6. Da antecipação de tutela.
7. Resposta do réu
8. Exceções: de incompetência; de impedimento ou suspeição; procedimento das exceções
9. Julgamento conforme o estado do processo: extinção do processo com ou sem resolução do mérito; julgamento antecipado da lide



ERRATA 01 - EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018 DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA

10. Prova: conceito, objeto, fontes e meios da prova, ônus da prova
11. Sentença: estrutura e classificação das sentenças
12. Coisa julgada
13. Pressupostos processuais.
14. Procedimentos: comum ordinário, comum sumário e procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e voluntária.
Conceito e natureza jurídica.
15. Tutela antecipada.
16. Da execução em geral. Das diversas espécies de execução. Meios de defesa do devedor
17. Processo cautelar. Eficácia temporal dos provimentos cautelares.
Procedimentos cautelares nominados e inominados.
18. Ações de procedimentos especiais
19. Recursos: teoria geral e recursos em espécie
20. Mandado de segurança. Ação popular. Mandado de injunção. Ação civil pública.
Ação por ato de improbidade administrativa
21. Liquidação de sentença.
22. Cumprimento da sentença
23. Execução contra a Fazenda Pública
24. Execução Fiscal

REFERÊNCIAS

- ALVIM, Arruda. *Manual de direito processual civil*. São Paulo. Revista dos Tribunais.
- ASSIS, Araken de. *Manual da execução*. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *O novo processo civil brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense
- CÂMARA, Alexandre Freitas. *Lições de direito processual civil*. Rio de Janeiro: Lúmen Juris
- JAYME, Fernando Gonzaga. *Mandado de segurança de acordo com a Lei 12.016/2009*. Belo Horizonte: Del Rey
- MARINONI, Luis Guilherme. *Manual do processo de conhecimento*. São Paulo: Revista dos Tribunais
- MARINONI, Luis Guilherme. *Teoria geral do processo*. São Paulo: Revista dos Tribunais
- MARINONI, Luis Guilherme. *Execução*. São Paulo: Revista dos Tribunais
- MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Ação civil pública*. São Paulo: Revista dos Tribunais
- MOREIRA, José Carlos Barbosa. *O novo processo civil brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense.
- NERY JR. Nelson, NERY, Rosa Maria Andrade. *Código de processo civil comentado*. São Paulo: Revista dos Tribunais
- NERY JR. Nelson, NERY, Rosa Maria Andrade. *Teoria geral dos recursos*. São Paulo: Revista dos Tribunais
- PACHECO, José da Silva. *O mandado de segurança e outras ações constitucionais típicas*. São Paulo: Revista dos Tribunais
- SANTOS, Ernane Fidelis dos. *Manual de direito processual civil*. São Paulo: Saraiva.
- SILVA, Ovídio A. Baptista da. *Curso de processo civil*. São Paulo. Revista dos Tribunais.
- SILVA, Ovídio A. Baptista da. *Do processo cautelar*. Rio de Janeiro: Forense
- THEODORO JUNIOR, Humberto. *Curso de direito processual civil*. Rio de Janeiro: Forense
- CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - LEI Nº 13.105, de 16 de março de 2015. (texto atualizado).
- Lei n. 9.099, de 26-9-95 – Juizados Especiais Cíveis e Criminais – (texto atualizado).
- Lei n. 6.830/80 (Lei de Execução Fiscal)

DIREITO TRIBUTÁRIO:

1. O sistema tributário na Constituição.
2. Limitações ao poder de tributar: competência tributária, imunidades e princípios.
3. Lei complementar em matéria tributária.



ERRATA 01 - EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018 DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA

4. Repartição de receitas tributárias. Conceito de tributo.
5. Espécies tributárias. Espécies não tributárias.
6. Impostos municipais: ISSQn. IPTU e ITBI.
7. Fontes de direito tributário.
8. Vigência da Legislação Tributária. Aplicação da Legislação Tributária. Interpretação e integração das leis tributárias.
9. Fato gerador.
10. Norma geral antielisão.
11. Obrigação tributária. Sujeitos ativo e passivo.
12. Responsabilidade tributária. Substituição tributária.
13. Capacidade tributária.
14. Crédito tributário. Constituição.
15. Lançamento. Modalidades. Efeitos.
16. Hipóteses de suspensão da exigibilidade, extinção e exclusão do crédito tributário.
17. Prescrição e decadência.
18. Garantias e privilégios de crédito tributário.
19. Administração tributária.
20. SIMPLES NACIONAL.
21. Matéria Tributária em Juízo: execução fiscal, ação anulatória de débito fiscal e mandado de segurança.
22. Código Tributário Municipal e legislação específica municipal.

REFERÊNCIAS

- AMARO, Luciano. Direito tributário brasileiro. São Paulo, Saraiva, 2013.
- BRASIL, Lei Complementar Nacional nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. (texto atualizado)
- BRASIL, Lei Federal 6.830/80, de 22 de setembro de 1980. Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências. (Disponível no site www.planalto.gov.br)
- BRASIL. Código Tributário Nacional. Lei n. 5.172 de 1966.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Arts. 145 a 162 da CRFB. (texto atualizado).
- BRASIL. Lei Complementar Nacional nº 116, de 31 de julho de 2003. Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências. (texto atualizado)
- BALEEIRO, Aliomar. Direito Tributário Brasileiro. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense. 2015.
- COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de direito tributário brasileiro. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense. 12 ed. 2012.
- MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário. 34. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.
- PAULSEN, Leandro. Curso de direito tributário. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.
- PAULSEN, Leandro. MELO, José Eduardo Soares de. Impostos Federais, Estaduais e Municipais. Livraria do Advogado, 2016.
- SABBAG, Eduardo de Moraes. Manual de direito tributário. São Paulo: Saraiva, 2015.
- SPAGNOL, Werther Botelho. Curso de direito tributário. Belo Horizonte: Del Rey, 2004

DIREITO MUNICIPAL:

1. O município na Constituição da República
2. Autonomia municipal
3. Organização do município
4. Lei orgânica do município de Lagoa Santa



ERRATA 01 - EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018 DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA

5. Urbanismo e proteção ambiental
6. Plano Diretor do Município de Lagoa Santa
7. Estatuto das Cidades – Lei Federal n. 10.257/2001
8. Código de Obras e suas alterações; Código de Posturas e suas alterações;
9. Lei Orgânica Municipal;
10. Código Municipal de Limpeza Urbana e suas alterações;
11. Lei Municipal n. 3.994/2017 e suas alterações.

REFERÊNCIAS

- CASTRO, José Nilo de. *Direito municipal positivo*. Belo Horizonte: Del Rey.
- DALLARI, Adilson Abreu, FERRAZ, Sérgio (Coord.). *Estatuto da cidade – comentários à Lei n. 10.257/2001*. São Paulo: Malheiros
- GASPARINI, Diógenes. *Estatuto da cidade*. São Paulo: NDJ
- MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. *Poder municipal – Paradigmas para o estado constitucional brasileiro*. Belo Horizonte: Del Rey
- MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito municipal brasileiro*. São Paulo: Malheiros
- MELO FILHO, Urbano Vitalino. *Direito municipal em movimento*. Belo Horizonte: Del Rey
- BRASIL. Decreto-Lei Federal n. 201, de 27-02-67.
- BRASIL. Lei Complementar Federal n. 101, de 04-05-2000.
- LAGOA SANTA, Código de Obras e suas Alterações. Lei Municipal nº 2863, de 31 de dezembro de 2008. Institui o código de obras e edificações do Município de Lagoa Santa e dá outras providências. (Disponível no portal www.lagoasanta.mg.gov.br)
- LAGOA SANTA, Código de Posturas Municipal. Lei nº 03, de 05 de abril de 1950. Institui o Código Municipal de Posturas de Lagoa Santa. (Disponível no portal www.lagoasanta.mg.gov.br)
- LAGOA SANTA, Código Municipal de Limpeza Urbana e suas alterações. Lei Municipal nº 4077, de 21 de novembro de 2017. Institui o Código de Limpeza Urbana do Município de Lagoa Santa e dá outras providências. (Disponível no portal www.lagoasanta.mg.gov.br)
- LAGOA SANTA, Código Tributário Municipal. Lei nº 3080, de 01 de outubro de 2010. Institui o Código Tributário do Município de Lagoa Santa/MG e dá outras providências. (texto atualizado)
- LAGOA SANTA, Lei Municipal nº 3.994, de 12 de junho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária de assentamentos informais e de parcelamentos do solo para fins urbanos, implantados irregularmente no Município de Lagoa Santa, cria o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS, e dá outras providências. (Disponível no portal www.lagoasanta.mg.gov.br)
- LAGOA SANTA, Lei Orgânica do Município de Lagoa Santa, de 04 de maio de 1990. (texto atualizado)
- SÍTIOS ELETRÔNICOS:
- www.stf.gov.br
- www.stj.gov.br
- www.tjmg.gov.br

14. Inclui-se no Anexo IV – Programas do Cargo de **Psicólogo** as seguintes referências:

- Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, Lei nº 8.742/93 e demais alterações.
- https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf
- Legislação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), suas alterações e demais legislações pertinentes: Política nacional de Assistência Social, Lei Orgânica da Assistência Social, Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social -NOB SUAS e a Tipificação de Serviços Socioassistenciais.
- Estatuto do Idoso, suas alterações e demais legislações pertinentes
- Estatuto da Pessoa com Deficiência, suas alterações e demais legislações pertinentes



ERRATA 01 - EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018 DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA

- Lei Federal 11.340/2006, suas alterações e demais legislações pertinentes.
- Legislação do Sistema Único de Saúde (SUS), suas alterações e demais legislações pertinentes

15. Exclui-se no Anexo IV – Programas do Cargo de **Advogado** as seguintes referências:

- Direito Civil

- Direito Empresarial

- Direito do Trabalho

- Direito Constitucional: Leis nº 9.868/99, 9.882/99 e 13.105/2015. Intervenção federal nos estados. Medida Provisória. Governo da União. Regiões metropolitanas. Isonomia. Poder Judiciário. Organização. Estatuto constitucional da magistratura. Supremo Tribunal Federal: organização e competência. Superior Tribunal de Justiça: organização e competência. Justiça Federal: organização e competência. Justiça do Trabalho: organização e competência. Justiça Comum Estadual: organização e competência. As Funções Essenciais à Justiça: Ministério Público. Advocacia Geral da União. Advocacia e Defensoria Pública. Estatuto do idoso (Lei nº 10.741/2003). Lei nº 8.742/1991. Proteção ao patrimônio público e social. Políticas Públicas.

- Direito Processual Civil: 28 Reclamação constitucional. Lei n. 9.507/97 (habeas data); Lei n. 9.882/99 (Processo e julgamento arguição de descumprimento de preceito constitucional); Lei n. 10.259/01 (Juizados Especiais Federais). No que tange às Leis nº 1.533/51 (Mandado de segurança) e nº 4.348/64 (Suspensão liminar ou de segurança), ambas foram revogadas pela Lei nº 12.016/2009, tornando-se insustentável a cobrança das mesmas em prova.

- Direito Municipal: Lei nº 3.994/2017 do Município de Lagoa Santa. Código de Posturas do Município de Lagoa Santa (Lei municipal nº3/1950).

- Direito Ambiental: Gestão Pública do meio ambiente. Desenvolvimento sustentável.

- Direito Financeiro: Repartição das receitas tributárias. Finanças públicas. Princípios gerais. Competência legislativa. Fontes do direito financeiro. Normas gerais.

16. Inclui-se no Anexo IV – Programas do Cargo de **Advogado** as seguintes referências:

Lei nº 12.016/2009 que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo, bem como da Lei nº 12.153/2009 que dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.



ERRATA 01 - EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018 DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA

- 17.** Ficam ratificadas as demais disposições do Edital do Concurso Público nº 001/2018, de 24 de outubro de 2018.
- 18.** O Edital do Concurso Público nº 001/2018 será consolidado de forma a contemplar estas retificações e complementações.
- 19.** Esta errata entra em vigor na data de sua publicação.

Lagoa Santa, 13 de dezembro de 2018.

Rogério César de Matos Avelar
Prefeito do Município de Lagoa Santa